

LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997

Dá nova redação ao art. 33 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O art. 33 da Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º – Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§2º – Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1997, 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza


EDITORA
AVE-MARIA



PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Ensino Religioso



7ª Edição


EDITORA
AVE-MARIA

ELABORAÇÃO

Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

COORDENAÇÃO

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro
Lizete Carmem Viesser
Lurdes Caron
Maria Augusta de Souza
Maria Vasconcelos de Paula Gomes
Raul Wagner
Vicente V. E. Bohne

EQUIPE DE REDAÇÃO

Lizete Carmem Viesser
Raul Wagner
Vicente V. E. Bohne

CONSULTORIA

Anísia de Paulo Figueiredo
Carmencita de Araújo Costa Seffrin
Cleide Rita S. Almeida
Danilo Romeu Streck
Elli Benincá
Henry I. Söbel
Lucíola L. de C. Paixão Santos
Luís Alberto Souza Alves
Luiz Basílio Rossi
Paulo Cezar Loureiro Botas

REVISÃO

Lúcia Ani Malucelli Nascimento

APOIO

Valdemar Hostin

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Ensino Religioso

AM
EDITORA
AVE-MARIA

© 1997 by Editora Ave-Maria. All rights reserved.
Rua Martim Francisco, 636 – 01226-000 São Paulo, SP – Brasil
Tel.: (11) 3823-1060 / 3826-6111 – Fax: (11) 3825-4674
editorial@avemaria.com.br • comercial@avemaria.com.br
www.avemaria.com.br

ISBN: 85-276-0763-8

Printed in Brazil – Impresso no Brasil

7. ed. – 2004



Diretor Responsável: Nestor A. Zatt
Diretor Administrativo: Hely Vaz Diniz
Diretor Editorial: Brás Lorenzetti, cmf
Gerente Comercial: Paulo Rosemberg
Assistente Editorial: Gilda Tomiko Hara Cinquepalmi
Revisão-Preparação: José Joaquim Sobral
Chefe de Arte: Sílvia Regina Villalta

APRESENTAÇÃO

A apresentação destes Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso marca um passo histórico da educação brasileira.

Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores, conseguiram juntos encontrar o que há de comum numa proposta educacional, que tem como objeto o Transcendente.

Por tradições religiosas aqui se compreende a sistematização do fenômeno religioso a partir das suas raízes orientais, ocidentais e africanas, que exige para seu ministério (ou mister) um profissional de educação sensível à pluralidade, consciente da complexidade socio-cultural da questão religiosa e que garanta a liberdade do educando sem proselitismo.

Esta proposta original responde à necessidade de fundamentar a elaboração dos diversos currículos do Ensino Religioso na pluralidade cultural do Brasil.

No capítulo 1, considera-se importante um rápido retrospecto do Ensino Religioso na história do ensino no Brasil, através das decisões constitucionais, ficando evidente sua presença em todo desenvolvimento escolar. Também se observa a mudança da compreensão de Ensino Religioso, que parte do ensino da religião oficial no Império, chegando nos dias de hoje a um ensino que atende a uma sociedade pluralista.

Apresenta, ainda, a Escola como espaço socializador do conhecimento através dos conteúdos, tendo a responsabilidade de fornecer as informações e responder aos aspectos principais do fenômeno religioso, presente em todas as culturas e em todas as épocas.

No capítulo 2, destaca-se o fenômeno religioso como a busca pelo sentido da vida além morte. Nessa busca, a humanidade formula quatro respostas possíveis. Em função delas, propõem-se os pressupostos para a organização e seleção de conteúdos para o Ensino Religioso na Escola, com os eixos organizadores e seus conteúdos, o tratamento didático e os pressupostos para avaliação.

No capítulo 3, apresenta-se o tratamento do Ensino Religioso em cada ciclo do ensino fundamental com sua caracterização, objetivos, pressupostos para avaliação, bloco de conteúdos e o respectivo tratamento didático.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso compreendem a limitação do espaço da Escola, reconhecendo como um lugar privilegiado para experiência de fé e opção religiosa, a família e a comunidade religiosa.

SUMÁRIO

1. ELEMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO	11
1.1. INTRODUÇÃO	11
1.1.1. Primeira Fase – Na Colônia – 1550 a 1800	12
1.1.2. Segunda Fase – 1800 a 1964	13
1.1.2.1. Na Monarquia Constitucional 1823 a 1889	13
1.1.2.2. Na implantação do Regime Republicano – 1890 a 1930	13
1.1.2.3. No período de 1930 a 1937	14
1.1.2.4. No Estado Novo – 1937 a 1945	15
1.1.2.5. Terceiro período republicano 1946 a 1964	15
1.1.3. Terceira Fase – De 1964 a 1996	16
1.1.3.1. No quarto período republicano 1964 a 1984	17
1.1.3.2. Nos últimos dez anos – 1986 a 1996	17
1.2. ENSINO RELIGIOSO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL ..	18
1.2.1. Cultura e Transcendência	18
1.2.2. Tradições religiosas e a construção da paz	20

1.3. CONHECIMENTO RELIGIOSO	21
1.3.1. O conhecimento religioso e a escola	22
1.3.2. A produção do conhecimento religioso	22
1.3.2.1. A pergunta	22
1.3.2.2. As respostas	23
1.3.2.2.1. A concepção do mundo	23
1.3.2.2.2. Respostas específicas	24
1.3.3. A raiz do fenômeno religioso	26
1.3.4. A escola e o conhecimento religioso	27
1.3.5. O profissional de educação no Ensino Religioso	27
1.4. RAZÃO DE SER DO ENSINO RELIGIOSO: CONHECIMENTO/DIÁLOGO	28
1.5. OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	30
2. CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DE CONTEÚDO E SEUS PRESSUPOSTOS DIDÁTICOS	32
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ENSINO RELIGIOSO	32
2.2. EIXOS ORGANIZADORES DO CONTEÚDO	33
2.2.1. Culturas e Tradições Religiosas	33
2.2.1.1. Conteúdos	33
2.2.2. Escrituras Sagradas	34
2.2.2.1. Conteúdos	34
2.2.3. Teologias	35
2.2.3.1. Conteúdos	35
2.2.4. Ritos	36
2.2.4.1. Conteúdos	37
2.2.5. Ethos	37
2.2.5.1. Conteúdos	38
2.3. TRATAMENTO DIDÁTICO DOS CONTEÚDOS	38

2.4. PRESSUPOSTOS PARA AVALIAÇÃO	41
3. ENSINO RELIGIOSO NOS CICLOS	44
3.1. 1ª CICLO	44
3.1.1. Caracterização	44
3.1.2. Objetivo	44
3.1.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem	45
3.1.4. Bloco de conteúdos	45
3.1.5. Tratamento didático no 1º ciclo	46
3.2. 2ª CICLO	47
3.2.1. Caracterização	47
3.2.2. Objetivo	47
3.2.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem	47
3.2.4. Bloco de conteúdos	48
3.2.5. Tratamento didático no 2º ciclo	49
3.3. 3ª CICLO	50
3.3.1. Caracterização	50
3.3.2. Objetivo	50
3.3.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem	50
3.3.4. Bloco de conteúdos	51
3.3.5. Tratamento didático no 3º ciclo	52
3.4. 4ª CICLO	53
3.4.1. Caracterização	53
3.4.2. Objetivo	53
3.4.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem	53
3.4.4. Bloco de conteúdos	54
3.4.5. Tratamento didático no 4º ciclo	55
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1. ELEMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO

1.1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, o Ensino Religioso no Brasil tem sido novamente alvo de debate, não mais como nos períodos correspondentes ao processo constituinte e à elaboração das leis ordinárias conseqüentes das décadas 30 a 60, mas quanto à compreensão de sua natureza e papel na Escola, como disciplina regular do currículo.

Se naqueles períodos esse Ensino foi considerado um elemento eclesial na Escola, pelo tipo de tratamento que lhe foi dado na segunda metade dos anos 80 até o momento, o esforço tem sido envidado no sentido de assegurá-lo como elemento normal do sistema escolar. Para isso, não deve ser entendido como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa.

Uma rápida visão panorâmica dos quinhentos anos desse ensino no Brasil contribui para uma melhor com-

preensão da questão. Hoje, as concepções que permanecem num imaginário de muitos setores, consideram o Ensino Religioso ainda como elemento eclesiástico na Escola e não como disciplina regular, integrante do sistema escolar. Isso por conta dos princípios que regem as relações Estado – Igreja – Política – Religião ao longo do processo.

1.1.1. Primeira Fase – 1500 a 1800

Nesse período a ênfase é a integração entre escola, igreja, sociedade política e econômica. O objetivo básico é ativar os alunos para que se integrem nos valores da sociedade.

Embora com diferenciações internas quanto às iniciativas escolares como, por exemplo, o Movimento da Reforma, da Contra-reforma, há uma unidade de referência e de horizontes. O projeto religioso da educação não conflita com o projeto político dos reis e da aristocracia. É a fase da educação sob o motivo religioso.

O que se desenvolve é a evangelização segundo os esquemas da época, ou seja, a cristianização por delegação pontifícia, autoridade de Roma, como justificativa do poder estabelecido, em decorrência do regime de padroado.

Dessa forma, o que se desenvolve como Ensino Religioso é o Ensino da Religião oficial, como evangelização dos gentios e catequese dos negros, conforme os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal.

1.1.2. Segunda Fase – 1800 a 1964

A educação é referendada pelo Estado-Nação. O objetivo é a escola pública, gratuita, laica, para todos.

Nesse contexto, o religioso submete-se ao Estado. A burguesia toma o lugar da hierarquia religiosa e a educação mantém-se vinculada ao projeto da sociedade. A dinâmica, no entanto, se mantém a mesma. Escola e professor continuam sujeitos a um projeto amplo, unitário, agora sob a direção do Estado; o processo educacional e o professor são acionados em função do projeto global.

1.1.2.1. Na Monarquia Constitucional – 1823 a 1889

O Ensino Religioso é submetido ao esquema de protecionismo da Metrópole, em decorrência do regime regalista, oficialmente implantado no período. O fio condutor é o texto da Carta Magna de 1824, que mantém a “*Religião Católica Apostólica Romana, a Religião oficial do império*”, em seu artigo 5º.

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana.

1.1.2.2. Na implantação do Regime Republicano – 1890 a 1930

O Ensino da Religião passa pelos mais controvertidos questionamentos uma vez tomado como principal empec-

lho para a implantação do novo regime, em que a separação entre Estado e Igreja se dá pelo viés dos ideais positivistas.

A expressão “*será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino*” é o único dispositivo da primeira Constituição da República a orientar a educação brasileira gerida pelo sistema estatal. Tal enunciado dá origem ao mais polêmico debate da história do Ensino Religioso no Brasil. Isso decorre da interpretação dada ao dispositivo.

Assim, mesmo perante a proclamada laicidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, o Ensino da Religião esteve presente pelo zelo de fidelidade dos princípios estabelecidos sob a orientação da Igreja Católica.

1.1.2.3. No período de transição – 1930 a 1937

O Ensino Religioso é inicialmente admitido em caráter facultativo, através do Decreto de 30 de abril de 1931, por conta da Reforma Francisco Campos. Na Constituição de 1934 é assegurado nos termos do artigo 153: “*O ensino religioso será de matrícula facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais*”.

Esse é o marco de todas as concepções sobre o Ensino Religioso, presentes nas discussões sobre a matéria, nos sucessivos períodos de sua regulamentação, desde a Carta de 1934 até a Lei Maior vigente, e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova reflete a posição do grupo contrário à inclusão da referida disciplina na Escola. Os chamados escolanovistas posicionam-se contra o Ensino Religioso, por conta dos princípios defendidos da “laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino público”.

1.1.2.4. No Estado Novo – 1937 a 1945

É efetivada a Reforma “Francisco Campos”. O Ensino Religioso perde o seu caráter de obrigatoriedade, uma vez que não implica em obrigação para mestres e alunos, nos termos do artigo 133 da Constituição de 1937.

1.1.2.5. Terceiro período republicano – 1946 a 1964

O Ensino Religioso é contemplado como dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão que frequenta a escola. O artigo 141, 7º parágrafo afirma: “*É inviolável a liberdade de consciência e crença, e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariam a ordem pública e os dos bons costumes*”.

Apesar da Lei Maior pretender orientar o processo de tal redemocratização e garantir o espaço do Ensino Religioso na Escola, a regulamentação do dispositivo constitucional na Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, artigo 97, é transportada da Carta de 1934 quase na íntegra.

Como nos anos 20 e 30, a influência de dois grupos antagônicos em pontos de vista e concepções sobre educação é marcante no período constituinte e pós-constituente. Outra polêmica se desencadeia em todo o processo de elaboração da LDB: de um lado, os defensores do princípio da laicidade e, de outro, os defensores do princípio de que o Ensino Religioso é um direito do cidadão, como ser religioso que frequenta a escola pública. A laicidade do Estado é legítima mas não excludente do tipo de educação pleiteado pelo cidadão que frequenta a escola pública.

1.1.3. Terceira Fase – 1964 a 1996

Cai por terra o projeto unitário, ocorrendo transformações profundas que mexem com os esquemas de referência. A Escola deixa de ser o espaço unitário e coerente de um grupo privilegiado. Com maior universalização do ensino, as mazelas e contradições da sociedade são trazidas para a Escola.

Após a fase da hegemonia da Igreja (séc. XVI a XVIII), do Estado (séc. XVIII a XX) sobre a Escola e a educação, assiste-se hoje ao fim do monopólio de ambos. Caminha-se para a redefinição de poderes e regulações no seio da instituição escolar. Observa-se que o Estado não será mais a única referência, pois as diversas forças sociais e profissionais se articulam para assumir sua responsabilidade, erigindo novas modalidades de funcionamento da ação escolar.

1.1.3.1. No quarto período republicano – 1964 a 1984

Os avanços democráticos alcançados pela sociedade brasileira são interrompidos. O conceito de liberdade passa pela ótica da segurança nacional. Nesse contexto, o Ensino Religioso é obrigatório para a Escola, concedendo ao aluno o direito de optar pela frequência ou não, no ato da matrícula.

A Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1ª e 2ª Graus, de nº 5692/71, em seu artigo 7º, parágrafo único, repete o dispositivo da Carta Magna de 1968 e Emenda Constitucional nº 1/69, incluindo o Ensino Religioso no sistema escolar da rede oficial, nos respectivos graus de ensino.

1.1.3.2. Nos últimos dez anos – 1986 a 1996

Nesse período, acentua-se na Escola o processo de rupturas com as concepções vigentes de educação pela dimensão da crise cultural que se instaura em todos os aspectos da sociedade. Frente à crise e aos paradigmas que apontam possibilidades e geram incertezas, também o Ensino Religioso busca a sua redefinição como disciplina regular do conjunto curricular.

Do início do processo constituinte, em 1985, à tramitação do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional, o Ensino Religioso volta a ser objeto de discussão e alvo de novas polêmicas. De um lado, recuperam-se aspectos dos discursos pronunciados nas respectivas fases anteriores à regulamentação da matéria, principalmente dos setores contrários à sua per-

manência ou inclusão no sistema escolar. Por outro lado, recuperam-se argumentos e propostas em vista de sua permanência no currículo, como disciplina a permitir ao educando ter, na Escola, a oportunidade de compreender sua dimensão religiosa, permitindo-lhe encontrar respostas aos seus questionamentos existenciais mais profundos, descobrindo e redescobrando o sentido da sua busca, na convivência com as diferenças.

A Constituição Federal em vigor, promulgada em 1988, garante, através do artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III da Ordem Social, o Ensino Religioso nos seguintes termos: “*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*”.

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional, resultando na segunda maior emenda, em número de assinaturas, apresentada ao Congresso Constituinte. Em todo o país há grandes esforços pela renovação do conceito de Ensino Religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, natureza e metodologia adequada ao universo escolar.

1.2. ENSINO RELIGIOSO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1.2.1. Cultura e Transcendência

O ser humano constitui-se num ser em relação. Na busca de sobreviver e dar significação para sua existência ao longo da história, desenvolve as mais variadas for-

mas de relacionamento com a natureza, com a sociedade e com o Transcendente, na tentativa de superação da sua provisoriedade, limitação, ou seja, sua finitude. Dilema que o desafia de forma marcante ante a complexidade da técnica, da industrialização, da urbanização, do racionalismo, da secularização:

Quem sou?

De onde vim?

Para onde vou?

Perante essas indagações, o ser humano desenvolve conhecimentos que lhe possibilitam interferir no meio e em si próprio. O conjunto dessas suas atividades e conhecimentos representa um ser humano dotado de um outro nível de relações: a Transcendência. Por isso, essa capacidade inerente ao ser, possibilita-lhe integrar em seu âmbito tudo o que lhe é exterior, deparar-se com problemas e rebelar-se contra eles numa ação fundada não em seus limites mas nas possibilidades que percebe. Recusando-se a encarar o desconhecido como barreira definitiva, transforma-o em projeto. E ao se perceber ameaçado pela natureza, sobrevive mediante a produção da cultura.

Cada cultura tem, em sua estruturação e manutenção, o substrato religioso que a caracteriza. Este o unifica à vida coletiva diante de seus desafios e conflitos.

Desse modo, a ação humana consiste em tornar a Transcendência sua companheira de todas as etapas de aventura como origem de projetos, enquanto desejo e utopia. A recusa à Transcendência é trágica para o ser humano, pois o torna resignado em sua mediocridade.

Assim, na raiz de toda criação cultural está a Transcendência, resultando daí um processo ininterrupto de ocultamento – desvelamento: quanto mais a cultura ilumina o desconhecido mais este insiste em continuar a se manifestar, exigindo novas decifrações.

1.2.2. Tradição religiosa e a construção da paz

O erro mais trágico e persistente do pensamento humano é o conceito de que as idéias são mutuamente exclusivas. Esse engano fatal em todos os tempos frustra o ideal da fraternidade universal. Em cada indivíduo, em cada povo, em cada cultura existe algo que é relevante para os demais, por mais diferentes que sejam entre si. Enquanto cada grupo pretender ser o dono exclusivo da verdade, enquanto perdurar essa estreiteza de visão, a paz mundial permanecerá um sonho inatingível.

Básico para a construção da paz na sociedade é a humildade para reconhecer que a verdade não é monopólio da própria fé religiosa ou política. E, no Ensino Religioso, pelo espírito de reverência às crenças alheias (e não só pela tolerância), desencadeia-se o profundo respeito mútuo que pode conduzir à paz.

Lamentavelmente, o que predomina no mundo é o fanatismo que se propaga nas mais diversas esferas, agindo e apelando sempre para o Transcendente, a Fé, a História e a Justiça Universal, a fim de legitimar seus direitos irrestritos e a supressão dos direitos do outro. Portanto, o não-reconhecimento do outro sustenta a atitude de fanáticos e idealistas.

O Ensino Religioso necessita cultivar a reverência, ressaltando pela alteridade que todos são irmãos. Só en-

tão a sociedade irá se conscientizando de que atingirá seus objetivos desarmando o espírito e se empenhando, com determinação, pelo entendimento mútuo.

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso é uma reflexão crítica sobre a práxis que estabelece significados, já que a dimensão religiosa passa a ser compreendida como compromisso histórico diante da vida e do Transcendente. E contribui para o estabelecimento de novas relações do ser humano com a natureza a partir do progresso da ciência e da técnica.

1.3. CONHECIMENTO RELIGIOSO

A tarefa de buscar fundamentos para o Ensino Religioso remete às questões do fundamento do conhecimento humano. Entende-se o conhecimento religioso, mesmo revelado, como um conhecimento humano.

É a reflexão a partir do conhecimento que possibilita uma compreensão de ser humano como finito. É na finitude que se procura fundamentar o fenômeno religioso, que torna o ser humano capaz de construir-se na liberdade.

Entende-se também que a Escola é o espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Como todo o conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso.

1.3.1. O conhecimento religioso e a escola

A Escola, por sua natureza histórica, tem uma dupla função: trabalhar com os conhecimentos humanos sistematizados, historicamente produzidos e acumulados, e criar novos conhecimentos.

Todo o conhecimento humano torna-se patrimônio da humanidade. A sua utilização, porém, depende de condições sociais e econômicas bem como das finalidades para as quais são utilizados. Nem todo o conhecimento é de interesse de todos. Um conhecimento político ou religioso pode não interessar a um grupo, mas, uma vez produzido, é patrimônio humano e como tal deve estar disponível. O conhecimento religioso é um conhecimento disponível e, por isso, a Escola não pode recusar-se a socializá-lo.

Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da Escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedade de uma determinada religião.

1.3.2. A produção do conhecimento religioso

1.3.2.1. A pergunta

Todo ser humano faz perguntas. Ele interroga a si mesmo e ao mundo. Ao interrogar-se, procura saber quem ele é, para onde vai e de onde veio. Quando a pergunta recai sobre o mundo, o ser humano procura compreender o seu mistério, sua origem e finalidade. Na experiência do cotidiano existencial, a pergunta rompe com o mes-

mo. Provoca novas situações. Faz emergir o desconhecido. O manifesto, enquanto manifesto, já é conhecido e por isso não é mais provocador. O objeto manifesto, porém, guarda sempre outra face como desconhecida, mas sugerida. É um oculto vislumbrado no horizonte. A esse desconhecido que está além-horizonte denominamos de mistério.

A negação do mistério provoca o caos. A instalação do caos na consciência humana acontece também quando a inteligência não consegue compreender e dominar os fenômenos que se manifestam, como o temporal, a morte, a doença, a guerra. A superação do caos se dá pelo conhecimento do fenômeno e pela força de um ritual.

A pergunta surge da necessidade do conhecimento e é instigante. Por isso, a pergunta para a inteligência humana, enquanto permanece na curiosidade, não encontra uma resposta. O conhecimento elimina a curiosidade, temporariamente. Incorporada ao mundo existencial, a questão torna-se familiar e cotidiana.

1.3.2.2. As respostas

1.3.2.2.1. A concepção de mundo

Cada pergunta requer uma resposta. A prática cotidiana mostra existirem muitas respostas para uma mesma pergunta, dependendo de quem oferece a resposta. Muitas respostas não conseguem ter coerência entre si e são contraditórias. Por isso, há necessidade de uma “instância” que seja capaz de ordenar os conhecimentos recebidos como resposta e possibilitar uma visão global do mundo. Pode-se chamar a essa potência, instância, de

1.3.1. O conhecimento religioso e a escola

A Escola, por sua natureza histórica, tem uma dupla função: trabalhar com os conhecimentos humanos sistematizados, historicamente produzidos e acumulados, e criar novos conhecimentos.

Todo o conhecimento humano torna-se patrimônio da humanidade. A sua utilização, porém, depende de condições sociais e econômicas bem como das finalidades para as quais são utilizados. Nem todo o conhecimento é de interesse de todos. Um conhecimento político ou religioso pode não interessar a um grupo, mas, uma vez produzido, é patrimônio humano e como tal deve estar disponível. O conhecimento religioso é um conhecimento disponível e, por isso, a Escola não pode recusar-se a socializá-lo.

Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da Escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedade de uma determinada religião.

1.3.2. A produção do conhecimento religioso

1.3.2.1. A pergunta

Todo ser humano faz perguntas. Ele interroga a si mesmo e ao mundo. Ao interrogar-se, procura saber quem ele é, para onde vai e de onde veio. Quando a pergunta recai sobre o mundo, o ser humano procura compreender o seu mistério, sua origem e finalidade. Na experiência do cotidiano existencial, a pergunta rompe com o mes-

mo. Provoca novas situações. Faz emergir o desconhecido. O manifesto, enquanto manifesto, já é conhecido e por isso não é mais provocador. O objeto manifesto, porém, guarda sempre outra face como desconhecida, mas sugerida. É um oculto vislumbrado no horizonte. A esse desconhecido que está além-horizonte denominamos de mistério.

A negação do mistério provoca o caos. A instalação do caos na consciência humana acontece também quando a inteligência não consegue compreender e dominar os fenômenos que se manifestam, como o temporal, a morte, a doença, a guerra. A superação do caos se dá pelo conhecimento do fenômeno e pela força de um ritual.

A pergunta surge da necessidade do conhecimento e é instigante. Por isso, a pergunta para a inteligência humana, enquanto permanece na curiosidade, não encontra uma resposta. O conhecimento elimina a curiosidade, temporariamente. Incorporada ao mundo existencial, a questão torna-se familiar e cotidiana.

1.3.2.2. As respostas

1.3.2.2.1. A concepção de mundo

Cada pergunta requer uma resposta. A prática cotidiana mostra existirem muitas respostas para uma mesma pergunta, dependendo de quem oferece a resposta. Muitas respostas não conseguem ter coerência entre si e são contraditórias. Por isso, há necessidade de uma “instância” que seja capaz de ordenar os conhecimentos recebidos como resposta e possibilitar uma visão global do mundo. Pode-se chamar a essa potência, instância, de

“concepção de mundo”. Assim, a concepção de mundo é a maneira como cada ser humano compreende o mundo.

A concepção de mundo assume o papel de acolher ou rejeitar as respostas que se enquadram ou não na compreensão que se tem do mundo. A tradição religiosa, a política, a ideologia se apresentam como estruturantes da concepção de mundo. Em algumas pessoas, a concepção de mundo se apresenta com muita rigidez e inflexibilidade, noutras, mais aberta, e sem critérios de julgamento. Em determinados momentos, a tradição religiosa aparece como determinante da estrutura da concepção de mundo, noutros, aparece a ideologia, a política ou a tradição e o contexto sociocultural.

Buscar coerência na compreensão de mundo que cada um possui não significa abdicar os fundamentos estruturantes, como no caso da tradição religiosa e cultura. Ao contrário, a própria tradição religiosa, a cultura e a ideologia necessitam da reflexão para se purificarem de suas contradições.

A Escola deve ajudar o educando a adquirir instrumentos universais que o auxiliem na superação das contradições nas respostas isoladas e procurar dar coerência à sua concepção de mundo.

1.3.2.2.2. Respostas específicas

Cada pergunta requer uma resposta específica e para ser aceita são estabelecidas condições pela pessoa, que exige respostas legítimas. A veracidade, critério para se aceitar um conhecimento, fica assim condicionada à legitimidade. Ora, quem pode conceder respostas? Não se

pode esquecer que as respostas são sempre conhecimentos. A questão pode ser colocada da seguinte maneira: “Quem possui os conhecimentos sobre o mistério?”

O primeiro nível de conhecimento indica a existência de conhecimentos adquiridos pela experiência pessoal, aqui denominados de práticos; e conhecimentos adquiridos através da informação, referidos como teóricos. Os primeiros são legitimados pela evidência da experiência. Esta, pode ser posta em dúvida, na medida em que é possível formular outras perguntas sobre o objeto já experimentado, ou quando a própria estrutura da experiência é posta em dúvida no sentido de tornar-se problemática. As informações, porém, são legitimadas pela autoridade que oferece a resposta. A autoridade, enquanto legítima, é aceita como fonte transmissora de conhecimento, na qual é depositado o ato de confiança daquele que pergunta. É por isso que neste nível de conhecimento aparecem, com muito vigor, os sábios, as lideranças e as autoridades instituídas política e socialmente.

No campo da filosofia e da teologia, o homem busca na razão e na autoridade a legitimidade do conhecimento. Já as outras ciências buscam sua legitimação no rigor do método.

A dimensão religiosa do conhecimento humano encontra duas vertentes para assegurar a veracidade do mesmo. A primeira se enraíza na autoridade, institucional ou carismática. A outra provém do interrogante. É normal não se aceitar um conhecimento quando não for veraz. Como a veracidade pode depender da legitimidade da autoridade, é necessário, às vezes, absolutizar a autoridade do ser huma-

no para garantir a veracidade do conhecimento. Esse processo se faz presente em pessoas que não admitem romper com a dogmatização dos conhecimentos, porque tal situação as colocaria em insegurança.

Parece haver uma relação evidente entre a insegurança do ser humano, provocada pelo mistério ou pelo caos, com a necessidade de respostas seguras através de uma autoridade legítima, detentora do conhecimento sobre o mistério. É evidente, também, o fenômeno de posse dos objetos e do domínio sobre o mistério através do conhecimento.

1.3.3. A raiz do fenômeno religioso

O conhecimento resulta das respostas oferecidas às perguntas que o ser humano faz a si mesmo e ao informante. Às vezes, para fugir à insegurança, resgatando sua liberdade, ele prefere respostas prontas, que apaziguam a sua ansiedade. A raiz do fenômeno religioso encontra-se no limiar dessa liberdade e dessa insegurança. O homem finito, inconcluso, busca fora de si o desconhecido, o mistério: transcende.

Esta situação original é própria de todo o ser humano, por isso definido como projeto. Aberto ao infinito, mas ao mesmo tempo ansioso por se assegurar como existente, fecha-se à invasão do mundo com medo de por ele ser destruído. A pergunta nesse processo é sempre vista como um caminho de invasão, por isso, para proteger-se fecha-lhe a porta de entrada. Recuperada a pergunta, o cotidiano se abre, o processo de crescimento intelectual continua e a liberdade é reconquistada.

1.3.4. A escola e o conhecimento religioso

A Escola tem a função de ajudar o educando a se libertar de estruturas opressoras que o impedem de progredir e avançar. Através da reflexão, educador e educando rompem com as prisões que os prendem à segurança ilusória oferecida por objetos, situações e autoridades não legítimas. Compreendem os limites do conhecimento e a finitude do ser humano.

Esses conhecimentos, de caráter antropológico, devem abrir o caminho para a necessidade de outra dimensão humana, que é a fé. O conhecimento humano é produção do homem e não pode ser cristalizado. Por ser um produto histórico, terá sempre seu caráter de falibilidade.

Por outro lado, o processo de aprendizagem se fundamenta na busca do saber e no desejo de transcendência. Toda a pergunta, nesta perspectiva, se torna legítima. A Escola não pode negar conhecimento, respostas, às perguntas feitas pelos educandos. Todas as perguntas, não importando de que campo sejam, exigem a atenção da Escola.

1.3.5. O profissional de educação no Ensino Religioso

Diante do mistério do Transcendente, a perplexidade do educador necessita antecipar à do educando para que junto possa responder às questões trazidas ou estimular outras perguntas. Sua síntese centra-se na própria experiência. No entanto, necessita apropriar-se da sistematização de outras experiências que permeiam a diversidade de cultura.

A constante busca do conhecimento das manifestações religiosas, a clareza quanto à sua própria convicção de fé, a consciência da complexidade da questão religiosa e a sensibilidade à pluralidade são requisitos essenciais no profissional do ensino religioso.

Desse profissional espera-se que esteja disponível para o diálogo e seja capaz de articulá-lo a partir de questões suscitadas no processo de aprendizagem do educando. Cabe a esse educador escutar, facilitar o diálogo, ser o interlocutor entre Escola e Comunidade e mediar os conflitos.

O educador é alguém que naturalmente vive a revelância da alteridade e leva em consideração que família e comunidade religiosa são espaço privilegiado para a vivência religiosa e para a opção de fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando.

Frente a isso, faz-se necessário uma formação específica onde sejam contemplados, entre outros, os conteúdos: Culturas e Tradições Religiosas; Escrituras Sagradas; Teologias comparadas; Ritos e Ethos, garantindo-lhe a formação adequada ao desempenho de sua ação educativa.

1.4. RAZÃO DE SER DO ENSINO RELIGIOSO: CONHECIMENTO/DIÁLOGO

A educação escolar tem possibilitado historicamente o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e ao mesmo tempo o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, através de valores e atitudes.

Conhecer significa captar e expressar as dimensões da comunidade de forma cada vez mais ampla e integral. Assim, entendendo a educação escolar como um processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação entre educador e educando, à escola compete integrar, dentro de uma visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o religioso.

Como na sociedade democrática todos necessitam da Escola para ter acesso à parcela de conhecimento histórico acumulado pela humanidade, através dos conteúdos escolares, o conhecimento religioso enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição na Escola. É preciso, portanto, prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para a autêntica cidadania.

Essa responsabilidade atribuída à Escola como consequência do projeto educativo, comprometido com a democratização social e cultural, coloca o Ensino Religioso na função de garantir que todos os educandos tenham a possibilidade de estabelecer diálogo.

E, como nenhuma teoria sozinha explica completamente o processo humano, é o diálogo entre elas que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético.

Se é na Escola que a consciência humana das limitações se aprofunda, também é nela que a humanidade poderá aprender as razões de superação de seus limites. É na dinâmica da educação que o anseio de aprender a to-

talidade da vida e do mundo é explicitado em formas de conhecimentos culturais. E, como o conhecimento religioso está no substrato cultural, o Ensino Religioso contribui para a vida coletiva dos educandos na perspectiva unificadora que a expressão religiosa tem, de modo próprio e diverso, diante dos desafios e conflitos.

Assim, o conhecimento religioso, enquanto sistematização de uma das dimensões da relação do ser humano com a realidade transcendental, está ao lado de outros, que, articulados, explicam o significado da existência humana.

Ele é o instrumento que auxilia na superação das contradições de respostas isoladas de cada cultura.

Criar a oportunidade de ter o Ensino Religioso de forma sistematizada permite uma compreensão mais crítica do cidadão.

1.5. OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:

- proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a par-

tir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;

- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informado;
- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;
- possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

2. CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DE CONTEÚDO E SEUS PRESSUPOSTOS DIDÁTICOS

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ENSINO RELIGIOSO

Hoje, o fenômeno religioso é a busca do Ser frente à ameaça do Não-ser. Basicamente a humanidade ensaiou quatro respostas possíveis como norteadoras do sentido da vida além morte:

- a Ressurreição
- a Reencarnação
- o Ancestral
- o Nada

Cada uma dessas respostas organiza-se num sistema de pensamento próprio, obedecendo uma estrutura comum. É dessa estrutura comum que são retirados os critérios para organização e seleção dos conteúdos e objetivos do Ensino Religioso. Assim, na pluralidade da Escola brasileira, esses critérios para os blocos de conteúdos são:

Culturas e Religiões
Escrituras Sagradas
Teologias
Ritos
Ethos

2.2. EIXOS ORGANIZADORES DO CONTEÚDO

2.2.1. Culturas e Tradições Religiosas

É o estudo do fenômeno religioso à luz da razão humana, analisando questões como: função e valores da tradição religiosa, relação entre tradição religiosa e ética, teodicéia, tradição religiosa natural e revelada, existência e destino do ser humano nas diferentes culturas.

Esse estudo reúne o conjunto de conhecimentos ligados ao fenômeno religioso, em um número reduzido de princípios que lhe servem de fundamento e lhe delimitam o âmbito da compreensão. Assim, não se separa das ciências que se ocupam com o mesmo objeto como: filosofia da tradição religiosa, história e tradição religiosa, sociologia e tradição religiosa, psicologia e tradição religiosa, nem delimita, de maneira absoluta e definitiva, um critério epistemológico unívoco.

2.2.1.1. Conteúdos

Conteúdos estabelecidos a partir de:

filosofia da tradição religiosa: a idéia do Transcendente, na visão tradicional e atual;

história e tradição religiosa: a evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos;

sociologia e tradição religiosa: a função política das ideologias religiosas;

psicologia e tradição religiosa: as determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo.

2.2.2. Escrituras Sagradas e/ou Tradições Orais

São os textos que transmitem, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do Transcendente, onde pela revelação, cada forma de afirmar o Transcendente faz conhecer aos seres humanos seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições. E estão ligados ao ensino, à pregação, à exortação e aos estudos eruditos.

Contém a elaboração dos mistérios e da vontade manifesta do Transcendente com objetivo de buscar orientações para a vida concreta neste mundo. Essa elaboração se dá num processo de tempo-história, num determinado contexto cultural, como fruto próprio da caminhada religiosa de um povo, observando e respeitando a experiência religiosa de seus ancestrais, exigindo *a posteriori* uma interpretação e uma exegese.

Nas tradições religiosas que não possuem o texto sagrado escrito, a transmissão é feita na tradição oral.

2.2.2.1. Conteúdos

Conteúdos estabelecidos a partir de:

revelação: a autoridade do discurso religioso fundamentada na experiência mística do emissor que

a transmite como verdade do Transcendente para o povo;

história das narrativas sagradas: o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos;

contexto cultural: a descrição do contexto socio-político-religioso determinante na redação final dos textos sagrados;

exegese: a análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados.

2.2.3. Teologias

É o conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de um modo organizado ou sistematizado.

Como o Transcendente é a entidade ordenadora e o senhor absoluto de todas as coisas, expressa-se esse estudo nas verdades de fé. E a participação na natureza do Transcendente é entendida como graça e glorificação, respectivamente no tempo e na infinidade. Para alcançar essa infinidade o ser humano necessita passar pela realidade última da existência do ser, interpretada como ressurreição, reencarnação, ancestralidade, havendo espaço para a negação da vida além morte.

2.2.3.1. Conteúdos

Conteúdos estabelecidos a partir de:

divindades: a descrição das representações do Transcendente nas tradições religiosas;

verdades de fé: o conjunto de mitos, crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel em cada tradição religiosa;

vida além morte: as possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: a ressurreição, a reencarnação, a ancestralidade e o nada.

2.2.4. Ritos

É a série de práticas celebrativas das tradições religiosas formando um conjunto de:

a) **rituais** que podem ser agrupados em três categorias principais:

os propiciatórios que se constituem principalmente de orações, sacrifícios e purificações;

os divinatórios que visam conhecer os desígnios do Transcendente em relação aos acontecimentos futuros;

os de mistérios que compreendem as várias cerimônias relacionadas com certas práticas limitadas a um número restrito de fiéis, embora também haja uma forma externa acessível a todo o povo;

b) **símbolos** que são sinais indicativos que atingem a fantasia do ser, levando-o à compreensão de alguma coisa;

c) **espiritualidades** que alimentam a vida dos adeptos através de ensinamentos, técnicas e tradições, a partir de experiências religiosas e que permitem ao crente uma relação imediata com o Transcendente.

2.2.4.1. Conteúdos

Conteúdos estabelecidos a partir de:

rituais: a descrição de práticas religiosas significativas, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos;

símbolos: a identificação dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, comparando seu(s) significado(s);

espiritualidades: o estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e o mundo.

2.2.5. Ethos

É a forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser. É formado na percepção interior dos valores, de que nasce o dever como expressão da consciência e como resposta do próprio “eu” pessoal. O valor moral tem ligação com um processo dinâmico da intimidade do ser humano e, para atingi-lo, não basta deter-se à superfície das ações humanas.

Essa moral está iluminada pela ética, cujas funções são muitas, salientando-se a crítica e a utópica. A função crítica, pelo discurso ético, detecta, desmascara e pondera as realizações inautênticas da realidade humana. A função utópica projeta e configura o ideal normativo das realizações humanas.

Essa dupla função concretiza-se na busca de “fins” e de “significados”, na necessidade de utopias globais e no valor inalienável do ser humano e de todos os seres,

onde ele não é sujeito nem valor fundamental da moral numa consideração fechada de si mesmo.

2.2.5.1. Conteúdos

Conteúdos estabelecidos a partir de:

alteridade: as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores;

valores: o conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura;

limites: a fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias tradições religiosas.

2.3. TRATAMENTO DIDÁTICO DOS CONTEÚDOS

Baseando-se no pressuposto de que o Ensino Religioso é um conhecimento humano e, enquanto tal, deve estar disponível à sociabilização, os conteúdos do Ensino Religioso não servem ao proselitismo, mas proporcionam o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso. Com esses pressupostos, o tratamento didático dos conteúdos realiza-se a nível de análise e conhecimento, na pluralidade cultural da sala de aula, salvaguardando-se assim a liberdade da expressão religiosa do educando.

O tratamento didático subsidia o conhecimento. Assim, o Ensino Religioso, pelos eixos de conteúdos de Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas,

Teologias, Ritos e Ethos vai sensibilizando para o mistério, capacitando para a leitura da linguagem mítico-simbólica e diagnosticando a passagem do psicossocial para a metafísica/Transcendente.

Naturalmente, dentro da seqüência dos eixos citados acima, a abordagem didática se dá numa seqüência cognitiva, possibilitando a continuidade das aprendizagens que deve considerar:

- a bagagem cultural religiosa do educando, seus conhecimentos anteriores;
- a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente devido à pluralidade;
- a possibilidade de aprofundamento.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar as diferentes culturas e grupos que a constituem. Como a convivência entre grupos diferenciados é marcada pelo preconceito, um dos grandes desafios da Escola é conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

O Ensino Religioso não foge a essa regra. Aprendendo a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece.

Assim, o conceito de conhecimento no Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da idéia de que conhecer é construir significados. E que o significado constrói-se a partir das

relações que o ser humano estabelece entre o objeto a conhecer e suas possibilidades de observação, de reflexão e de informação que já possui. O educando vai construindo, por exemplo, o significado dos símbolos religiosos a partir de conhecimentos já existentes e da percepção da importância e diferença do seu significado nas várias tradições religiosas.

É aos poucos que o educando vai atualizando o seu conhecimento, refletindo sobre as diversas experiências religiosas à sua volta, percebendo o florescer do seu questionamento existencial, formulando respostas devidas, analisando o papel das tradições religiosas na estrutura e manutenção das diferentes culturas, compreendendo todo o significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas e refletindo a atitude moral diferenciada como consequência do fenômeno religioso.

Então, é no cotidiano, no dia-a-dia, na relação complexa do seu próprio conhecimento com o conhecimento religioso do outro que o educando sensibiliza-se para o mistério. E, ao ler e perceber o gênero literário mítico, vê no rito a sua realização.

O conhecimento religioso compreende o ser humano numa perspectiva própria, entrando em discussão um elemento perene: a questão do sentido da existência, visto que nele o Transcendente se manifesta. Quando o educando observa essa presença claramente no cotidiano, faz a passagem do psíquico-moral para a Transcendência.

O tratamento didático dos conteúdos do Ensino Religioso prevê, ainda, como nas outras disciplinas, a organização social das atividades, organização do espaço e

do tempo, seleção e critérios de uso de materiais e recursos.

Essa previsão acontece no Ensino Religioso:

- pela organização social das atividades a fim de produzir o diálogo;
- através da organização do tempo e do espaço, no aqui e agora, pela observação direta, pois o sagrado acontece no cotidiano e está presente na sala de aula; a conexão com o passado no mesmo espaço e em espaços diferentes também parte do presente e da limitação geográfica; na dimensão Transcendente não há tempo, nem espaço; o limite encontra-se na linguagem de cada tradição religiosa;
- na organização da seleção e critérios de uso de materiais e recursos; prevê-se a colaboração de cada educando na indicação ou no fornecimento de seus símbolos, a origem histórica, os ritos e os mitos da sua tradição religiosa.

2.4. PRESSUPOSTOS PARA AVALIAÇÃO

A avaliação parte sempre da concepção de ensino e aprendizagem. Nessa proposta a abordagem do conhecimento escolar visualiza o Ensino Religioso como algo significativo, articulado, contextualizado, em permanente formação e transformação.

Nesse contexto, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, surge um dado novo: a avaliação como elemento integrador entre a aprendizagem do

educando e a atuação do educador na construção de conhecimento. Ela passa a ser compreendida, então, num conjunto de atuação, que tem a função de alimentar, sustentar, orientar e adequar a intervenção pedagógica, verificando o grau de aprendizagem que foi atingido pelo educando. Ou seja, a aproximação dessa expectativa com os momentos de escolaridade determinados.

Simplificando, a avaliação permeia os objetivos, os conteúdos e a prática didática. Portanto, possui três etapas: inicial, formativa e final.

A avaliação inicial no Ensino Religioso é exatamente o reconhecimento de grupos culturais/religiosos diferentes, identificados nas várias crenças dos próprios educandos.

A avaliação formativa, conforme indica, deve ser formal e sistemática e ser organizada de acordo com os conteúdos significativos levando ao conhecimento. Essa etapa é caracterizada pelo acompanhamento do processo, que leva em conta o contexto, o desenvolvimento pessoal e a faixa etária do educando.

No Ensino Religioso, essa etapa tem como referencial a capacidade de perceber as diferenças das tradições religiosas, surgindo o diálogo e, conseqüentemente, na convergência se dá a construção e a reconstrução do conhecimento do fenômeno religioso.

A avaliação final consiste na aferição dos resultados de todo o período de aprendizagem de acordo com os objetivos. Nesse momento avalia-se a aprendizagem de alguns conteúdos essenciais e se determina os novos a eles relacionados para serem trabalhados.

Com o objetivo de desenvolver o diálogo, a dinâmica pedagógica vai citar, comparar, dar a conhecer e transformar através de uma noção. Exemplo: o luto. Esse fato externa a mesma dor. É um fato antropológico centrado na morte. Comparando a expressão da tradição cristã, diante do fato, com a tradição religiosa hindu, a primeira demonstra a sua dor na cor negra, num determinado ritual com velas e orações. A segunda demonstra a mesma dor na cor branca, num ritual com fogo – a cremação.

É desse modo que vai se estabelecendo o diálogo. A comparação de percepções diferenciadas para um mesmo dado social contribui para uma transformação, na medida em que a percepção se alarga diante da observação do mesmo dado. A avaliação oral ou escrita oferece o conhecimento concreto.

Finalmente, os pressupostos não são critérios para a aprovação ou reprovação, mas fontes para uma análise individual de cada educando e a continuidade do processo de aprendizagem. Assim, o educador tem oportunidade de avaliar a sua atuação também.

Portanto, no Ensino Religioso a avaliação também é processual.

3. ENSINO RELIGIOSO NOS CICLOS

3.1. 1º CICLO

3.1.1. Caracterização

É o período escolar da ritualização formal em que o educando é introduzido no trabalho metódico, na convivência social, na codificação e decodificação do conhecimento, na contemplação que o ajudará no estabelecimento da consciência moral, na interiorização de valores, na organização do superego e no fortalecimento da idéia do Transcendente que traz ou não em si.

3.1.2. Objetivo

Favorecer a compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência das pessoas e grupos, compreendendo que pela simbologia se expressa a idéia do Transcendente de maneiras diversas, nas experiências culturais e reverenciando as diferenças do outro.

3.1.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem

O conhecimento religioso no 1º ciclo é aprofundado na medida em que as práticas socioculturais dos educandos permitem.

Assim, espera-se que a forte experiência do convívio para além do mundo familiar possibilite ao educando o entendimento das normas coletivas e da absolutização dos valores. E que ele possa ir construindo seu referencial de entendimento das diferenças e da alteridade.

Na compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência, espera-se que o educando chegue ao significado dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sociocultural, e que, na comparação do(s) seu(s) significado(s), desenvolva um entendimento e respeito crescentes na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Pela convivência na pluralidade da sala de aula, espera-se que o educando vá expressando sua idéia de Transcendente e possa ampliar seu entendimento de que essa idéia se constrói de maneira diversa nas experiências culturais.

Com a explicitação dos conteúdos nesse ciclo, espera-se que o educando possa crescer não apenas no respeito às diferenças do outro mas que este chegue a ser motivo de reverência.

3.1.4. Bloco de conteúdos

Ritos:

símbolos (a identificação de símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, estabelecendo a relação de seu(s) significado(s)).

Ethos:

alteridade (as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores).

Culturas e Tradições Religiosas:

filosofia da tradição religiosa (a idéia do Transcendente).

3.1.5. Tratamento didático no 1º ciclo

O conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso, no 1º ciclo, favorecem o diálogo no dinamismo da decodificação e codificação dos símbolos religiosos, da alteridade e da idéia do Transcendente.

Por isso, é necessário que, ao tratar dos símbolos religiosos, se oportunize ao educando uma sensibilização para o mistério, pelo respeito e encanto, pela instigação e sensibilidade em admirar o(s) significado(s) que os símbolos trazem para cada tradição religiosa.

Como o símbolo remete para algo diferente dele, mas presente nele, e como o símbolo possui um sentido especial e diverso do convencionalizado, a idéia do Transcendente necessita ser trabalhada à luz de significações, a fim de capacitar o educando para a leitura mítico-simbólica.

É fundamental que se favoreça ao educando momentos de completa liberdade para exteriorizar suas idéias religiosas, confrontá-las com a exposição dos outros e assim ir fazendo, conscientemente, a passagem do psicossocial para a metafísica/Transcendência, a partir do que assimila na Escola.

No encaminhamento dos conteúdos do Ensino Religioso nesse ciclo, é importante que se exercite o silêncio

interior como forma de o educando ir aprendendo a ouvir, respeitar, valorizar e comungar com o outro, justamente naquilo em que, sem ser como ele, o desafia para os pontos de convergência, superando preconceitos que desvalorizam qualquer experiência religiosa.

3.2. 2º CICLO**3.2.1. Caracterização**

É o período escolar em que o educando busca um sentido global de perícia e de perfeição, fazendo a passagem da heteronomia para autonomia, construindo noções a partir do prático e real, dos sujeitos sobre os objetos, estruturando desse modo seu mundo pessoal, seu eu interior, sempre a partir de reflexões sobre ações concretas no tempo, no espaço e na história, tanto a nível natural de fatos, acontecimentos e conhecimentos quanto no sobrenatural no plano da crença, na relação com o Transcendente.

3.2.2. Objetivo

Compreender a história da origem e formação dos textos sagrados, relacionando-os com as práticas religiosas significantes nos diferentes grupos e percebendo que as representações do Transcendente de cada tradição religiosa se constituem no valor supremo de uma cultura.

3.2.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem

O conhecimento religioso no 2º ciclo estabelece o diálogo pelo interesse do educando na busca de conhecimentos.

Por isso, espera-se que, a partir do gosto pela história, o educando chegue ao conhecimento da origem das narrativas sagradas e à formação dos textos sagrados. E que ele reconheça o significado desses textos para a tradição religiosa, no respectivo contexto cultural, em seu processo de formação e ainda hoje.

Pelo entendimento das práticas religiosas, significantes para os diferentes grupos, espera-se que o educando chegue ao entendimento e à valorização do direito de expressão religiosa na sala de aula e na sociedade.

Também espera-se que, pela descrição das representações do Transcendente nas diferentes tradições religiosas do seu contexto sociocultural, o educando adquira conhecimentos que favoreçam a convivência, o respeito e a reverência ao Transcendente no outro.

Pelos conhecimentos dos conteúdos nesse ciclo, espera-se que o educando estabeleça o diálogo, cresça na convivência pacífica e possa também aprofundar as razões históricas da sua própria tradição religiosa.

3.2.4. Bloco de conteúdos

Escrituras Sagradas:

história das narrativas sagradas (o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos).

Ritos:

rituais (a descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos).

Teologias:

divindades (a descrição das representações do Transcendente em cada tradição religiosa).

3.2.5. Tratamento didático no 2º ciclo

O conhecimento dos elementos básicos, que compõe o fenômeno religioso no segundo ciclo, estimulam o diálogo, a partir das reflexões sobre ações concretas no tempo e espaço.

Desse modo, é necessário que se oriente para pesquisa sobre os acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos, oportunizando ao educando uma sensibilização para o mistério, pelo encanto e pela curiosidade histórica no desvelamento do oculto, do desconhecido enigmático, do sobrenatural.

Por isso, o conhecimento das várias cerimônias relacionadas com as práticas religiosas subsidiam a necessidade do entendimento da dimensão da religiosidade humana em sua relação com o Transcendente. E, a forma de encaminhamento dessas reflexões estabelece-se pela leitura do mítico-simbólico das representações do Transcendente e das expressões da relação do ser humano com o Transcendente.

É fundamental que se oportunize ao educando a possibilidade de expressão da formalização da sua crença, para que possa, na liberdade, também entender a fundamentação das diferentes crenças em seu contexto sociocultural. E assim possa ir diagnosticando a passagem do psicossocial para o entendimento do metafísico/Transcendente.

O encaminhamento dos conteúdos nesse ciclo supõe pesquisa, troca de informações, debates na busca de fundamentos no plano da crença e na relação com o Transcendente, não pela mera curiosidade mas principalmente para desenvolver a sensibilidade no trato cotidiano em relação a pessoas ou grupos, evitando juízos, atitudes e preconceitos pelo diálogo.

3.3. 3º CICLO

3.3.1. Caracterização

É o período escolar em que o educando começa a aprender a pensar sobre coisas imaginárias e ocorrências possíveis, passando da lógica indutiva para a dedutiva, experimentando transformações físicas, afetivas, cognitivas e sociais, buscando valores novos, interessando-se pelos problemas da vida e tendo facilidade para ação e reflexão.

3.3.2. Objetivo

Conhecer na evolução da estrutura religiosa a respectiva formação da idéia do Transcendente no decorrer dos tempos, analisando as diferentes mudanças culturais que determinaram as ideologias religiosas que perpassam a redação dos textos sagrados e os determinam como verdade do Transcendente para um determinado grupo.

3.3.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem

O conhecimento religioso no 3º ciclo é aprofundado pela capacidade do educando exercitar seu pensamento lógico.

Assim, espera-se que a passagem da lógica indutiva para a dedutiva possibilite ao educando o entendimento da evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas, no decorrer dos tempos.

Com esse conhecimento, espera-se que o educando entenda a formação histórica da idéia do Transcendente e que nas diferentes mudanças culturais perceba como as ideologias religiosas chegam a determinar as verdades.

Pelo conhecimento das narrativas sagradas e da redação dos textos sagrados, espera-se que o educando vá além do entendimento do contexto sociopolítico-religioso e entenda a verdade neles contidas, na experiência mística de um povo.

Com a explicitação dos conteúdos desse ciclo, espera-se que o educando, na relação cultura-tradição religiosa, possa ir construindo seu entendimento do fenômeno religioso.

3.3.4. Bloco de conteúdos

Culturas e Tradições Religiosas:

filosofia da tradição religiosa (a idéia do Transcendente no oriente e no ocidente, na visão tradicional e atual);

história e tradição religiosa (a evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos);

sociologia e tradição religiosa (a função política das ideologias religiosas).

Escrituras Sagradas:

revelação (a autoridade do discurso religioso fundamentada na experiência mística do emissor que a transmite como verdade do Transcendente para o povo);

contexto cultural (a descrição do contexto sociopolítico-religioso determinante na redação final dos textos sagrados);

exegese (a análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados).

3.3.5. Tratamento didático no 3º ciclo

O conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso no 3º ciclo estrutura o diálogo na lógica dedutiva.

Por isso, é necessário que ao se tratar da idéia do Transcendente e da estrutura religiosa nas organizações humanas, se oportunize ao educando a leitura mítico-simbólica das tradições religiosas no contexto sociopolítico-cultural, para que ele vá compreendendo a estruturação do mundo pessoal, do eu interior de cada pessoa em sua relação com o Transcendente.

E, como as tradições religiosas sofrem uma evolução de mentalidade a partir das culturas, é fundamental sensibilizar para o mistério pelo entendimento do sobrenatural que sustenta a dimensão religiosa. No contato com os textos sagrados, educar para o sentido profundo da experiência mística na autoridade do discurso religioso.

Os conteúdos do Ensino Religioso nesse ciclo, à medida que conseguem articular as perspectivas que contemplam a singularidade das diferentes tradições religiosas, sustentam o sentido do idealismo generoso dos educandos pela vida e também estimulam o respeito para além de si mesmo. Assim, é importante acompanhar a passagem do psicossocial para a metafísica/Transcendência.

3.4. 4º CICLO

3.4.1. Caracterização

É o período escolar em que o educando amplia seus interesses e atividades, formula hipóteses, descobre pela reflexão a discrepância entre o ideal e o real, o juízo do certo e errado, busca o grupo como apoio para uma ação social, supera o egocentrismo fantasioso e tem desejo de uma formação da consciência moral.

3.4.2. Objetivo

Conhecer as possíveis respostas dadas perante o fato *morte*, orientadoras das verdades de fé, da valoração em atitudes éticas e expressas em diferentes métodos de relacionar-se com o Transcendente, consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

3.4.3. Encaminhamentos para avaliação da aprendizagem

O conhecimento religioso no 4º ciclo explicita a busca do sentido da vida para além morte.

Por isso, espera-se que pelo conhecimento das orientações de vida dadas pelas tradições religiosas através de normas, crenças e doutrinas, o educando instrumentalize o seu desejo de uma formação da consciência moral. E que ele possa entender a fundamentação dos limites éticos estabelecidos por essas tradições.

Com a informação sobre métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no conhecimento das dimensões do relacionamento humano, espera-se que o educando identifique-os como exercícios de autoconhecimento, do conhecimento do Transcendente e do mundo.

Também espera-se que, ao entender o sentido da vida para além morte, a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas, o educando possa desenvolver o diálogo com segurança e sem proselitismos.

Os conteúdos nesse ciclo explicitam o conhecimento religioso como norteador do sentido da vida e as determinações religiosas na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo.

3.4.4. Bloco de conteúdos

Teologias:

verdades de fé (o conjunto de mitos, crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel em cada tradição religiosa);

vida além morte (as possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestral e nada).

Ritos:

espiritualidades (o estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento do Transcendente consigo mesmo, com os outros e o mundo).

Culturas e Tradições Religiosas:

psicologia e tradição religiosa (as determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo).

Ethos:

valores (o conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa apresentado para os fiéis e no contexto da respectiva cultura);

limites (a fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias tradições religiosas).

3.4.5. Tratamento didático no 4º ciclo

O conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso no 4º ciclo fundamentam o diálogo no dinamismo da formação da consciência.

Dessa forma, é necessário que, ao se tratar do sentido da vida para além morte e das verdades de fé, se estabeleça um diálogo que capacite a leitura mítico-simbólica das determinações da tradição religiosa para a vida da pessoa. E favorecer ao educando, além de conhecimentos, a respectiva compreensão das influências e assimilação na prática.

No entendimento da espiritualidade que cultiva a vivência com o mistério, é necessário o entendimento da experiência religiosa como elemento vital para o fiel que opta e assume essa proposta.

É fundamental que o diálogo subsidie a necessidade de ver, saber, sentir e encontrar caminhos para a realização junto com o outro, passando do psicossocial para a Transcendência.

No encaminhamento do Ensino Religioso nesse ciclo é importante a experiência pessoal de liberdade, como condição básica para inserção libertadora no pluralismo sociopolítico-cultural. E que se desafie para a prática de valores na superação de limites do eu pessoal, abrindo para alteridade e a para responsabilidade na vida social.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Cleide Rita S. e outros - **O Humano, Lugar do Sagrado**. São Paulo, Olho d'Água, 2ª edição, 1995.
- ALVES, Rubem - **O que é Religião**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ARNS, Paulo Evaristo - **O que é Igreja**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ARROYO, Miguel G. - **Fracasso - Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**, em Aberto, Vol. 11. nº 53, 1992.
- AUBIER, Catherine - **A Astrologia**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- _____ - **A Geomancia**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- AZEVEDO, Marcelo de C. - **Modernidade e Cristianismo - O desafio da inculturação**. São Paulo, Loyola, 1981.
- BAREAU, A.; DHAVAMONY, M.; CORLESS, R.; ZAGO, M. - **Budismo e Cristianismo**. Petrópolis, Vozes, s/d.
- _____ - **Dicionário da Mitologia Latina**. São Paulo, Cultrix, s/d.
- _____ - **Dicionário de Mitologia: Egípcia, Sumeriana, Babilônica, Fenícia, Hurrita e Hitita, Celta**. São Paulo, Cultrix, s/d.
- BARROS, Marcelo - **O Sonho da Paz - A Unidade nas Diferenças: Ecumenismo Religioso e o Diálogo entre os Povos**. Petrópolis, Vozes, 1996.

- BLOFELD, John - **Taoísmo o Caminho para a Imortalidade**. São Paulo, Pensamento, s/d.
- BOFF, Leonardo - **O destino do homem e do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BORN, Dr. A. van den - (org.) - **Dicionário Enciclopédico da Bíblia**. Petrópolis, Vozes, 1992.
- BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude - **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BOSI, Alfredo (org.) - **Cultura Brasileira: Temas e situações**. São Paulo, Ática, 1987.
- BOTAS, Paulo César Loureiro - **Carne do Sagrado**. Petrópolis, Vozes, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) - **A questão política da educação Popular**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BRANDÃO, Junito de Souza - **Mitologia Grega - Vol. I, II, III**. Petrópolis, Vozes, 1991.
- BRANTL, George - **Catolicismo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1982.
- BRONOWSKI, J. - **Magia, Ciência e Civilização**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.
- CAILLOIS, Roger - **O Homem e o Sagrado**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.
- CAMPBELL, Joseph - **O Herói de Mil Faces**. São Paulo, Palas Athena, s/d.
- _____ - **O Poder do Mito**. São Paulo, Palas Athena, s/d.
- CAPRA, Fritzof - **O ponto de Mutação**. São Paulo, Cultrix, s/d.
- _____ - **O Tao da Física**. São Paulo, Cultrix, s/d.
- _____ - **Sabedoria Incomum**. São Paulo, Cultrix, s/d.
- CARDOSO, Ciro Flarion - **AAfro-América. A Escravidão no Novo Mundo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CAVIN, Albert - **Confucionismo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.
- CHARLLAYE, Félicien - **As Grandes Religiões**. São Paulo, IBRASA, 1981.
- CHAUÍ, Marilena - **Conformismo e resistência**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain - **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1995.
- CLASTRES, Pierre e outros - **Guerra, Religião, Poder**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.
- CNBB - **O Ensino Religioso - Estudos nº 49**. São Paulo, Paulinas, 1988.
- CONFÚCIO - **Os Qualectos**. São Paulo, Pensamento, 1988.
- COOPER, J. C. - **Taoísmo o Caminho do Místico**. São Paulo, Martins fontes, 1984.
- DÁLVIELLA, Goblet - **A Migração dos Símbolos**. São Paulo, Pensamento, s/d.
- DEMO, Pedro - **Avaliação qualitativa**. São Paulo, Cortez, 1991.
- Diálogo de Confúcio**. Tradução de Alcione Soares Ferreira, São Paulo, IBRASA, 1983.
- DUNSTAN, J. Leslie - **Protestantismo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.
- DUSSEL, Enrique - **Ética Comunitária**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- EDWARDS, Denis - **Experiência humana de Deus**. São Paulo, Loyola, 1995.
- ELIADE, Mircea - **Aspectos do Mito**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.
- _____ - **História das crenças e das Idéias Religiosas. Da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis**. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- _____ - **História das Crenças e das Idéias Religiosas. De Gautama Buda ao Triunfo do Cristianismo**. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- _____ - **História das Crenças e das Idéias Religiosas. De Maomé às Teologias Ateístas Contemporâneas**. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- _____ - **O Mito do Eterno Retorno**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.
- _____ - **O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões**. Lisboa - Portugal, Livros do Brasil, s/d.
- _____ - **Tratado de História das Religiões**. Lisboa, Cosmos, 1970.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo - **O Ensino Religioso - Perspectivas, Tendências e Desafios**. Petrópolis. Vozes, 1996.

- FLORES, Steffano de e GOFFI, Tullo - (org.) - **Dicionário de Espiritualidade**. São Paulo, Paulus co-edição, 2ª edição, 1993.
- FOSTER, Michael - **As Letras**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- _____ - **Os Números**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- FRANCO, Sérgio de Gouvea - **Hermenêutica e Psicanálise na Obra de Paul Ricouer**. São Paulo, Loyola, 1995.
- FREIRE, Gilberto - **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1933.
- FREIRE, Paulo - **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GARD, Richard A. - **Budismo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1981.
- GOSVÂMI, Satsvaru-pa Dāsa - **Introdução à Filosofia Védica. A Tradição fala por si mesma**. São Paulo, Fundação Bhaktivedauta, s/d.
- GRAMSCI, Antônio - **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GROMICO, A. A. - (org.) - **As Religiões da África - Tradicionais e sincréticas**. Progresso, Moscovo, 1987.
- GRUEN, Wolfgang - **O Ensino Religioso na Escola**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- HADDAD, Jamil Almansur - **O que é Islamismo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HEIDEGGER, Martin - **Ser e tempo**. Petrópolis, Vozes, 1988.
- HERTZBERG, Arthur - **Judaísmo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.
- HINKELAMMERT, Franz - **As armas ideológicas da morte**. São Paulo, Paulinas, 1993.
- HINNELLS, John - **Dicionário das Religiões**. São Paulo, Círculo do Livro, 1989.
- HOFFMAN, Bob - **Terapia Hoffman da Quadrinidade**. Campinas, Papyrus, 1989.
- HOORNAERT, Eduardo - **A Igreja no Brasil - Colônia (1550-1800)**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- JACINTHO, Roque - **O que é Espiritismo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- JUNG, Carl Gustav - **Psicologia da Religião Ocidental e Oriental**. Petrópolis, Vozes, 1988.

JUNIOR, João Francisco Duarte - **O que é Realidade**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

KIELCE, Anton - **O I Ching**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **Os Sonhos**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **O Sufismo**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **O Tarô**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **O Taoísmo**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James - **Malleus Maleficarum. O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991.

KREUTZ, Lúcio - **Educação básica: um olhar sob a perspectiva histórica, in Educação Básica e o Básico na Educação**. São Leopoldo e Porto Alegre, Unisinos e Sulina, 1996.

KÜNG, Hans - **Projeto de Ética Mundial - Uma Moral Ecumênica em Vista da Sobrevivência**. São Paulo, Paulinas, 1992.

LAO TSE e TAO-TE KING - **O Livro que Deus Revela** (tradução e notas de Huberto Rohden). São Paulo, Alvorada, 1988.

LATOURELLE, René e FISICHELLA, Rino - (org.) - **Dicionário Teologia Fundamental**. Petrópolis e Aparecida, Vozes e Santuário, 1994.

LÉON-DUFOUR, Xavier - (org.) - **Dicionário de Teologia Bíblica**. Petrópolis, Vozes, 1992.

LEROI-GOURHAN, André - **As Religiões da Pré-História**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.

LEVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.

LUBIENSKA, Helena de Lenval - **A educação religiosa das crianças**. São Paulo, Flamboyant, 1963.

LUCKESI, Cipriano C. - **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw - **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa - Portugal, Edições 70 Ltda., s/d.

MESLIN, Michel - **A Experiência Humana do Divino - Fundamentos de uma Antropologia Religiosa**. Petrópolis, Vozes, 1992.

MONTAL, Alix de - **O Xamanismo**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

MORA, José Ferrater - **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

MORIN, Edgar - **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte - **Terra pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1995.

NORMAND, Henry - **Os Mestres do Tao: Lao-Tzu; Lie-Tzu; Chuang-Tzu**. São Paulo, Pensamento, s/d.

NOVINSKY, Anita - **A Inquisição**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Elda Rizzo - **O que é Benzedura**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAULO VI, João - **Exortação apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo**. São Paulo, Paulinas, 1978.

PIAGET, Jean - **O raciocínio na criança**. Rio de Janeiro, Record, 1967.

_____ - **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Forense, 1970.

PIAZZA, W. O. - **Introdução à Fenomenologia Religiosa**. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____ - **Religiões da Humanidade**. São Paulo, Loyola, 1977.

POPPER, Karl - **O conhecimento objetivo**. São Paulo, EDUSP, s/d.

PORTELLI, Hugues - **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo, Paulinas, 1984.

RAJNEESH, Bragwan Shree - **Tantra-sexo e espiritualidade**. São Paulo, Ágora Ltda., s/d.

RAVIGNANT, Patrick - **A Reencarnação**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

_____ - **A Sabedoria da Índia**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

_____ - **Os Loucos de Deuses**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **Os Oráculos**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

_____ - **Os Presságios**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.

RENOU, Louis - **Hinduísmo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.

_____ - **O Hinduísmo**. Póvoa de Varzim, Publicações Europa - América, s/d.

ROCHA, Antônio Carlos - **A Sabedoria do Lamaísmo**. Rio de Janeiro, Tecnoprint S/A, s/d.

_____ - **O que é Budismo**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ROCHEDIEU, Edmond - **Antigos Cultos**. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1983.

- _____ - **Xintoísmo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1982.
- SAGNE, Cécile - **As mãos**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- _____ - **O Erotismo Sagrado**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- _____ - **Os Rostos**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- SANTOS - Juana Elbeim dos - "Os Magos e a morte".
- SARTORIUS, Bernard - **Igreja Ortodoxa**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.
- SAVIANI, Demerval - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991.
- SCHLESSINGER, Hugo e PORTO, Humberto - **As Religiões Ontem e Hoje**. São Paulo, Paulinas, 1982.
- _____ - **Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos**. São Paulo, Paulinas, 1983.
- _____ - **Dicionário Enciclopédico das Religiões - Vol. I e II**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (org.) - **Curriculo, cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 1995.
- SOBEL, Henry I. - **Construindo a paz na sociedade contemporânea**. Apostila, São Paulo, 1996.
- SPILMONT, J. P. - **A Magia**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- _____ - **A Vidência**. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- STACCONE, Giuseppe - **Filosofia da Religião - O pensamento do homem ocidental e o problema de Deus**. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1991.
- STEIN, Ernildo - **Seis estudos sobre "Ser e Tempo" (Martin Heidegger)**. Petrópolis, Vozes, 1988.
- SZLAKMANN, Charles - **O Judaísmo para Iniciantes**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- TERRA, J. E. N. - **Origem da Religião**. São Paulo, Loyola, s/d.
- VARENNE, Jean-Michel - **As Iogas**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- _____ - **O Budismo**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- _____ - **O Tantrismo**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- _____ - **O Zen**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

- VIDAL, Marciano - **Dicionário de Moral - Dicionário de Ética Teológica**. Aparecida e Porto, Santuário e Perpétuo Socorro, s/d.
- VYGOTSKI, L. S. - **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- WILGES, Irineu - **Cultura Religiosa. As Religiões no Mundo**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- WILGES, Irineu e COLOMBO, Olírio - **Cultura Religiosa. Temas Religiosos Atuais**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- WILHELM, Richard - **I Ching o Livro das Mutações**. São Paulo, Pensamento, s/d.
- WILHELM, Richard e TAO-TE KING - **O Livro do Sentido da Vida**. São Paulo, Pensamento, s/d.
- WILLIAMS, John Alden - **Islamismo**. Lisboa/São Paulo, Verbo, s/d.
- ZIMMER, Heinrich - **A conquista Psicológica do Mal**. São Paulo, Palas Athena, 1988.
- _____ - **Filosofia da Índia**. São Paulo, Palas Athena, 1986.